



## **Excluídos Digitais: reflexões acerca dos desafios da exclusão digital em uma perspectiva educacional de uma escola da rede pública municipal de Porangatu-GO**

Léia Rodrigues da Silva Queiroz<sup>1</sup>  
Carlos Eduardo Henning<sup>2</sup>

### **Resumo**

A escola é uma instituição formal onde ocorrem os processos de ensino e aprendizagem. Local de diversos contextos sociais, refletindo uma comunidade e seus membros e indivíduos que a formam. De acordo com o antropólogo Clifford Geertz (1978), o que propicia o entendimento das estruturas significantes da ação social observada se faz necessário primeiramente ser apreendida para depois ser apresentada. A escola reflete a sociedade e, conseqüentemente suas desigualdades. Esse trabalho, parte de reflexões de minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social “Uma Etnografia Sobre os Usos das Tecnologias Digitais por Docentes de Uma Instituição Pública de Ensino em Porangatu-GO”. A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa se delineia nos textos de bases antropológicas que vão direcionar o olhar etnográfico dentro do campo, e assim através da análise de narrativas sobre experiências de interlocutores/as, observação participante, entrevistas semiestruturadas, confecção de cadernos de campo e outras formas de registros audiovisuais, que garantam o caráter anônimo das contribuições se fará a construção desses registros. Assim, o objetivo geral desta pesquisa se volta a analisar antropológicamente as narrativas de professores/as sobre os impactos dos usos de Tecnologias da Informação e Comunicação e das mídias digitais no contexto escolar em uma escola da rede municipal de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental I em Porangatu, no estado de Goiás. Buscando compreender: como os/as educadores concebem a noção de tecnologias digitais. Como lidam com as tecnologias digitais na escola. As relações com as tecnologias digitais em contexto escolar ganham particularidades considerando marcadores sociais como gênero, raça, classe etnicidade, sexualidade e geração. Os resultados e discussões apontam para a falta de capacitação dos professores em lidar com o meio digital e a falta de infraestrutura da escola pesquisada em atender às demandas das tecnologias da informação e da comunicação no ambiente escolar.

Palavras-chave: Antropologia, Educação, Professores, Desigualdades, Digitais.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Universidade Federal de Goiás. leiarsq@hotmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Universidade Federal de Goiás. carloseduardohenning@ufg.br.

## **Introdução**

Ao olhar para o passado, há pelo menos trinta anos, se pode perceber as progressivas mudanças ocorridas por meio da digitalização, das transformações sucessivas nas formas de comunicação e interação por meio do digital. O uso de dispositivos tecnológicos, da internet e das redes sociais tem se tornado cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas na atualidade.

Esse acesso a um mundo digital é uma mudança que também tem sido percebida no ambiente educacional. As formas de interação entre professores, alunos, família e escola, bem como a mediação do conhecimento vem sendo afetada, gradualmente, pelo uso das tecnologias digitais. Dessa forma, esta pesquisa tem o intuito de fazer reflexões e intersecções com bases nas teorias antropológicas e educacionais.

A Antropologia é a ciência que estuda o homem como ser biológico, social e cultural, analisando cada uma dessas dimensões de forma ampla. O conhecimento antropológico é organizado em áreas como: Antropologia Social, Antropologia Cultural, Antropologia da Educação, Antropologia Digital ou do Ciberespaço, entre muitas outras que servem de base para a pesquisa que se desenvolve.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa se volta a analisar antropológicamente as narrativas de professores/as sobre os impactos dos usos de Tecnologias da Informação e Comunicação e das mídias digitais no contexto escolar em uma escola da rede municipal de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental I em Porangatu, no estado de Goiás. A pesquisa tem como foco e intuito como direcionamento, questões que implicam compreender: como os/as educadores concebem a noção de tecnologias digitais? Como lidam com as tecnologias digitais na escola? As relações com as tecnologias digitais em contexto escolar ganham particularidades considerando marcadores sociais como gênero, raça, classe, etnicidade, sexualidade e geração?

Essa perspectiva e relações faz expor a noção de interseccionalidade que Akotirene (2019, p. 48) expressa ao tratar da identidade como aspecto de igualdade analítica, o que pressupõe que a interseccionalidade deva ser aplicada como prisma, como forma de analisar as opressões estruturais que surgem em um contexto de sociedade, uma vez que esses aspectos surgem de forma indissociável. O enfoque de pesquisa ainda tem como interesse analisar como são narradas as sociabilidades digitais e como essas são praticadas por tais professores no contexto escolar antes, durante e depois

da pandemia da Covid-19? Quais são os impactos (positivos ou negativos) que este contexto digital proporciona na maneira de praticar a docência e na relação com estudantes? Quais tipos de relações e diferenças intergeracionais são produzidas em termos dos usos diferenciais de plataformas, aplicativos e redes sociais entre docentes e discentes dessa escola? Esses são alguns dos questionamentos preliminares que guiam esta pesquisa e, também, outras questões que ainda não foram desenvolvidas em relação a esse assunto.

Este enfoque tem como base o pressuposto de que existe uma preocupação com a formação de identidade dos docentes e discentes a respeito das diversidades e diferenças sociais que acabam sendo enfatizados na educação. Esta pesquisa tem como foco principal compreender como as tecnologias digitais são utilizadas pelos/as docentes, as formas que fazem uso da internet para fins educacionais, assim como os usos de redes sociais, plataformas digitais, aplicativos e, também, aparelhos como celulares, tablets, computadores e outros eventuais aparelhos eletrônicos no contexto escolar. Além disso, a pesquisa tem como foco compreender como tais docentes têm construído novas formas de sociabilidades digitais, bem como problematizar os desafios produzidos para essa categoria de profissionais da educação, a partir de suas próprias narrativas e experiências frente ao aprofundamento de formas de digitalização do trabalho docente e escolar em um contexto do interior de Goiás.

Esse estudo integra um projeto de maior âmbito, denominado: “Por uma Antropologia do Curso da Vida: marcadores sociais das diferenças e transformações no curso da vida”, coordenado pelo professor Dr. Carlos Eduardo Henning desde 2014, com alterações aprovadas em 2018 e em 2022, no Comitê de Ética da UFG. Dessa forma, esta pesquisa busca discutir os diversos marcadores sociais de diferença em uma perspectiva interseccional que envolvem as paisagens sociais, visto que essas são marcadas cada vez mais por desigualdades que ganham novas modulações, e a antropologia propicia compreender tais marcadores que atravessam pessoas e coletivos, sendo descritos etnograficamente para uma análise de base teórica e empírica.

Assim, a pesquisa cujos dados seguem apresentados ocorre em uma escola pública da rede municipal de ensino, que oferta as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, no município de Porangatu, localizado no extremo Norte do estado de Goiás, e se divide com o Sul do estado de Tocantins. Para contextualizar essa cidade,

de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o município de Porangatu possui cerca de 45.866 habitantes. É considerada uma cidade importante na região, chamada por muitos de “a capital do Norte de Goiás”, pois em função de sua localização estratégica, atende à população de vários municípios tanto da região Norte do estado de Goiás, assim como o Sul do estado de Tocantins. É a principal cidade a oferecer os setores de serviços, saúde e também está se tornando um polo acadêmico, contando com uma Universidade pública - a UEG - e várias faculdades privadas, atendendo à demanda local e às cidades circunvizinhas.

Este estudo busca descrever e examinar as experiências de docentes em relação ao uso das mídias digitais e Tecnologias da Informação e Comunicação no ambiente escolar. Para isso, se articulam os campos teóricos da Antropologia da Educação e da Antropologia Digital e/ou do Ciberespaço, com o intuito de contribuir para a discussão e reflexão sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, por profissionais da educação no contexto escolar, sobretudo, considerando o impacto da pandemia da Covid-19.

### **Antropologia Digital e Educação**

De acordo com as pesquisadoras Lins, Parreiras e Freitas (2020), desde o surgimento e após a popularização, a internet tem despertado o interesse de pesquisadores/as em diferentes campos disciplinares. Nas Ciências Sociais e, especificamente na Antropologia, desde a década de 1990, esse tem sido um potente campo de pesquisa.

Nesse sentido, o estudo que aplica a internet como foco ou ferramenta de pesquisa tem sido denominado de Antropologia Digital, segundo se depreende do dizer de Lins, Parreiras e Freitas (2020, p. 2):

Se já há alguns anos se reconhece a importância desse campo de estudos, a pandemia da Covid-19 deixou claro o quanto as tecnologias, representadas por seus múltiplos dispositivos e pelas redes de conexão, são fundamentais para as relações que estabelecemos uns com os outros e com o mundo. A partir da digitalização de boa parte de nossas atividades - ou migração para formas remotas de interação, se preferirmos - fica patente a necessidade de complexificar nosso entendimento dos muitos usos e das muitas possibilidades oferecidas pela tecnologia e pelo digital (Lins, Parreiras e Freitas, 2020, p. 2).

A sociedade tem aplicado esse sistema de comunicação cada vez mais e a denominação digital se faz perante tal uso constante dessas tecnologias digitais, destacando Lins, Parreiras e Freitas (2020, p.2) que: “digital se refere a um conjunto heterogêneo e bastante amplo de objetos, ações e relações sociotécnicas que se tornaram parte de nossa experiência cotidiana, modulada por marcadores sociais de classe, gênero, idade, raça, sexualidade, dentre outros.” As autoras destacam que é preciso investigar como diferentes sujeitos ou grupos sociais se apropriam, vivenciam e conferem sentido a esses dispositivos tecnológicos, que são, como toda tecnologia, intrinsecamente sociais.

Dessa forma, esta pesquisa busca identificar as formas que os/as docentes têm feito uso das tecnologias digitais no ambiente educacional, suas vivências, experiências e significações atribuídas não apenas em uma perspectiva educativa. Trazendo reflexões de como os marcadores sociais da diferença são percebidos a partir dessas relações, incluindo questões de gênero, classe, raça, sociabilidades, idade, entre outros ainda não percebidos ou mencionados. As relações sociais e as tecnologias são foco de interesse e questão atual e complexa, uma vez que decorre de diversos campos de conhecimento envolvendo estudiosos da comunicação, da sociologia, da psicologia, da antropologia e áreas afins, visto que o alcance e possibilidades de uso oferecidos pelas mídias digitais implicam entender como essas se vinculam com a aprendizagem, em um âmbito direcionado para a educação.

Dos registros de Nascimento (2018, p. 23), as mídias digitais se caracterizam pelos instrumentos tecnológicos que propiciam comunicação, assim, envolvem todos os meios e recursos que permitem acesso à comunicação. A autora expressa que os estudos acerca da integração das mídias digitais ao cotidiano das pessoas, em especial das crianças, têm permitido entender as mudanças sociais que dessa relação são oriundas, uma vez que tais mídias podem propiciar benefícios para educação, por serem vistas como forma de contribuir como instrumentos tecnológicos auxiliares na apreensão do conhecimento. Segue Nascimento (2018, p. 24) expondo que existe uma percepção negativa do uso de mídias digitais, propiciando expor que a criança se encontra em posição de vulnerabilidade perante esses recursos e, ainda, existe uma outra perspectiva de que a relação entre os sujeitos, em especial, as crianças e as mídias digitais propicia apropriação de relações entre tecnologias e sujeitos.

Os estudos do pesquisador britânico Buckingham (2007) se pode verificar um contexto de influência, tanto positiva como negativa, e que afeta o comportamento dos sujeitos e das relações sociais, culturais, afetivas e cognitivas. Complementa essa mesma abordagem os registros de estudos de Postman (1999), dos quais se verifica um confronto cultural, no qual a presença e crescimento das mídias digitais tem afetado o comportamento das crianças na atualidade. Entretanto, dos registros de pesquisa de Charlot (2013, p. 168) se depreende que as mídias digitais acabam sendo percebidas de formas distintas de acordo com o enfoque dos estudos. Assim, de estudos do pesquisador canadense Tapscott (1999) se pode verificar posicionamento distinto ao expor que as mídias digitais são meio de potencializar a aprendizagem, sendo essa perspectiva complementada por estudos de Veem e Vrakking (2009) e Prensky (2010).

Veem e Vrakking (2009), bem como de Prensky (2010) partiram de um contexto no qual os sujeitos, as crianças, já são conhecedoras dessa mídias, configuradas em tecnologias digitais da atualidade e essa geração digital já nasceu inserido em contexto social marcado pelo desenvolvimento tecnológico e as relações que estabelecem com esses recursos das mídias digitais, configurados em recursos como computadores, internet, tablets, games, celulares, câmeras digitais e inúmeros aplicativos integrados aos novos Smartphones são relações que ocorrem com naturalidade. Vreem e Vrakking (2009) explicitam que esta nova geração se relaciona, de forma direta, com essa infinidade de mídias digitais, aplicando esses recursos tecnológicos de forma interativa e aplicando múltiplas tarefas, uma vez que são indivíduos que têm um desenvolvimento formativo influenciado por esses recursos.

Assim, interessante compreender esse contexto e a abordagem sobre aspectos de globalização, educação e cultura que perpassa o século XXI, visto que segundo exposição do estudioso Assmann (2000), surge como uma nova estrutura mundial consolidada pela ampliação da comunicação, o que proporciona uma situação diferenciada a partir da globalização e reconfiguração da sociedade, que tem aplicado em sua base o conhecimento. Este contexto social tem propiciado inúmeras transformações para todos os setores sociais, tendo em vista que a globalização se apresenta como fator de reconfiguração de muitos setores da sociedade, que têm a necessidade de se transformar.

O processo denominado como globalização, se verifica em teses de Mihaliuc (2019) e de outros estudiosos da Educação, que analisam as perspectivas que envolvem o

processo denominado de globalização, tal como Gadotti (2000), Morin e Kern (2011), Moraes (2013) e Lipovetsky e Serroy (2014) e em todos se verifica que existe uma reorientação da cidadania para uma política planetária, que se fundamenta na paz, na solidariedade e na alteridade internacional, de maneira que a aceleração da globalização passa a afetar a humanidade e, assim, certos problemas da humanidade ultrapassaram fronteiras e se tornam globais.

Com base neste contexto se verifica a existência de um progresso tecnológico, uma vez que esta sociedade está permeada de maiores facilidades no processo comunicacional. De acordo com explicação de Levy (2019), esse processo comunicacional tem como consequência o acesso a maior quantidade de informações, pois os meios de processar, armazenar e enviar ou trocar informações, em qualquer formato, sem problemas quanto ao tempo, distância e até quantidade de dados são aspectos que se destacam para este momento, em que se caminha para a transformação da sociedade.

Pompeu (2012, p. 117) já expunha em seu texto que: “A resposta ao capitalismo global do século XXI só será possível se oriunda da consciência individual da viabilidade do bem-estar coletivo”. Esta noção de bem-estar coletivo pode ser aliada com o que se verifica, na tese de Mihaliuc (2019) acerca do conceito de cidadania planetária, que tem propiciado uma visão mais holística para o Mundo, em que a atuação do ser humano se deve voltar para a observação de valores éticos e humanistas, sob pena de afrontar os direitos dos homens e destruir as relações políticas e pacíficas de outros povos e nações.

Seguindo esse raciocínio se recupera que Levy (1998, p. 42) havia expressado, em seu artigo, ao tratar sobre conceito que surgia de ciberespaço, ao final do século passado, que “O epicentro desse movimento de interconexão de amplitude é hoje o aperfeiçoamento acelerado e o crescimento exponencial do ciberespaço.” Conceito que, atualmente, faz parte do dia a dia da humanidade e que agrega novas capacidades para a inteligência humana e para o modo como o ser humano tem trabalhado e vivido ao longo destas décadas iniciais deste século XXI. Assim, conforme expressa Melo (2017), partindo do pressuposto de que o Mundo é objeto de transformações, sendo essas mudanças necessárias para a formação de sujeitos ativos, com práticas que se aliam com a noção de constituição de um círculo virtuoso, no qual as gerações futuras devam ser vislumbradas.

Dessa forma, o estudo pode delinear as relações sociais que se associam com a conduta humana, a propriedade e os bens, bem como a responsabilidade com a sociedade e, em especial, neste contexto do século XXI, com as futuras gerações em manutenção do bem comum. De acordo com texto de Finnis (2011), o bem comum tem como base de existência a razão prática, configurada no conjunto de fatores que propiciam a cooperação humana e colaboração em sociedade, tendo em vista que este bem comum deve servir para que todos alcancem seus objetivos, embora não seja necessário que tenham todos os mesmos objetivos, mas se entende que as pessoas precisam umas das outras para construção de um desenvolvimento pessoal e para uma atuação profissional

### **Antropologia, Educação e Cultura**

Em uma relação que se faz entre Antropologia, Educação e Cultura se tem um espaço de debate, de reflexão e de intervenção, podendo-se extrair dos estudos da antropóloga Gusmão (2009) que essa relação tem acolhido o contexto cultural de aprendizagem e diversos temas que implicam as diferenças raciais, étnicas e de gênero, podendo ainda ser foco dessa relação a condição do sistema escolar em presença de uma ordem social de constante mudança, sendo nesse sentido que este estudo se insere, visto que a antropologia ao se relacionar com a educação e cultura permite analisar também as diferenças e práticas educativas.

Dentro dessa perspectiva, os estudos de cultura que se aliam com a antropologia e os mecanismos educativos proporcionando um diálogo entre antropologia e educação, no qual se insere uma concepção de debate teórico e metodológico abarcando as pesquisas educativas que se vinculam com peculiaridades das sociedades e de seus diferentes grupos, tal como a complexidade desses em um tempo que cada vez mais tem vivenciado um processo de globalização e que permite que se faça desse aspecto ponto de observação e análise.

Segundo a educadora e antropóloga Gusmão (2013), é preciso reconhecer a heterogeneidade do social, suas múltiplas experiências, e conceber a teoria e a prática como elementos inseparáveis na construção do conhecimento como marcas do método antropológico diante de sujeitos diversos. Percebe-se que não há um consenso sobre o uso das mídias digitais e essa não é a intenção dessa pesquisa, mas, trazer uma visão antropológica sobre o uso das mídias na docência atual. Sobretudo a visão docente, sem

juízo de valor, não determinando o que é certo ou errado, mas, trazendo a concepção dos docentes como protagonistas de suas histórias, uma etnografia do curso da vida da educação e o uso das mídias e Tecnologias de Informação e Comunicação na atualidade.

De acordo com Carvalho, Gomes e Steil (2015), as conexões entre a aprendizagem e a cultura têm como foco os sujeitos enquanto organismos - pessoas, constituídos por contextos atravessados por fluxos de materiais que tornam possível a vida em suas diferentes formas e expressões, pois, cultura e aprendizagens são indissociáveis, toda produção cultural é aprendizagem e toda aprendizagem é produção cultural. Sendo assim, as mídias digitais e as Tecnologias de Informação e Comunicação fazem parte da cultura da sociedade atual e, conseqüentemente, também estão presentes no contexto escolar, cabendo aos discentes fazerem seu uso em suas práticas e métodos cotidianos.

Para Bispo, Henning e Saggese (2018, p. 3), trata-se da construção de uma necessidade cada vez maior de se refletir as diferenças sociais a partir das intensas conectividades que são possíveis de serem traçadas por meio das interações que essas estabelecem em contextos específicos. Dos estudos do antropólogo Geertz (1989) se verifica que a antropologia em relação com a cultura propicia a função de identificar o discurso social, ou seja, propicia com que a etnografia seja construída por meio da interpretação de um discurso, ao compreender a realidade, sendo essa reformulada ou construída por meio da história e da sociedade, que se expressa na cultura.

Com esse mesmo enfoque se verifica dos estudos da antropóloga Ortner (2006) que a habilidade de ação de um indivíduo se relaciona com a posição que ocupa no grupo social do qual faz parte, sendo essa habilidade reflexo da forma como as pessoas agem no contexto em que se inserem, sendo movidas por um conglomerado de elementos, sendo esses todos considerados como manifestações do contexto e da cultura em que se insere. A Antropologia como ciência que estuda a humanidade na contemporaneidade permite por meio de seu aparato teórico refletir acerca das diferenças e pluralidades sociais, étnicas, pois a humanidade é diversa e a partir dessas perspectivas diversas que faz a análise exposta ao longo deste estudo e permite expor no próximo capítulo, de forma geral, as relações entre as Tecnologias digitais, Antropologia e Educação, abordando também o contexto da Pandemia e as atividades educativas.

Com essa perspectiva também se insere, neste estudo, a perspectiva da interseccionalidade, que se volta para a inclusão de grupos classificados como

invisibilizados ou excluídos, uma vez que ao estabelecer relações entre a presença das tecnologias digitais, a antropologia em contexto de educação e cultura, a questão da diferença deve ser inserida, em especial, em busca de se propiciar promoção de registros com base em teoria racial, visto que se deve agregar a atenção para aspectos como gênero, geração, habilidades ou deficiências e outros que se mostram presentes no contexto educacional e se configuram em sistemas de subordinação ou discriminação e que, segundo texto da antropóloga Pereira (2021), não são aspectos distintos ou excludentes, mas que se sobrepõem e criam intersecções complexas expondo as desigualdades e posições relativas entre mulheres, grupos étnicos e raciais, bem como classes sociais.

### **Tecnologias Digitais, Educação e Pandemia Covid19**

De acordo com o antropólogo Rodrigues (2014), as Tecnologias da Informação e Comunicação podem ser compreendidas como o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas.

Bartlett e Triana (2020, p. 3) expressam que a Antropologia da Educação estuda tópicos, entre outras questões, como educação, multiculturalismo e pluralismo educacional. E nesse aspecto, a teoria social tem este aporte teórico fundamentado na perspectiva de que “os estudos antropológicos geram teorias sociais que podem ser transferidas para outros lugares e épocas”, segundo Bartlett e Triana (2020, p. 3). Essa intersecção entre Antropologia e Educação se vincula com os métodos etnográficos, por esses envolverem o contato social direto com os agentes, propiciando assim o registro da experiência humana em seus próprios termos. Com este enfoque, as relações sociais que se verificam presentes no âmbito educacional passaram a um novo contexto que envolve as relações sociais estabelecidas de forma digital.

Dessa forma, conforme se verifica da exposição de Cesarino (2021, p. 305), a Antropologia Digital abarca o denominado ciberespaço como contexto no qual as pessoas se relacionam por meio de computadores, mas a capilaridade crescente desse contexto tem dificultado, inclusive, a delimitação deste como um subcampo dentro das Ciências Sociais, fazendo refletir o caráter transversal desse campo de estudos.

Assim, levando em conta o contexto que envolve ciberespaço, Levy (1998, p. 127) expressou, em sua obra, que esse é um novo meio de comunicação que surgiu da

interconexão mundial dos computadores, sendo tal contexto direcionado por três princípios, sendo esses expressos como crescimento inicial desse ciberespaço, pela interconexão que desse contexto se originou em construção de comunidades virtuais e pela inteligência coletiva.

Dos estudos do professor e antropólogo Rifiotis (2012, p. 566) se verifica que a “antropologia no ciberespaço” inicialmente se voltava ao estudo da “comunicação mediada por computador”. No entanto, os professores e antropólogos Segata e Rifiotis (2016, p. 96) expressam que, ao longo das últimas décadas, os estudos passaram a valorizar o meio de comunicação e a ideia de que esse meio se constitui em um espaço de relação social, no qual se verifica a presença de um ser cuja característica é a de ter a vida envolvida por computadores e internet, aspecto que propiciou a construção de uma antropologia digital ou do ciberespaço. Para Segata e Rifiotis (2026, p. 126), além de uma infraestrutura mundial da comunicação, o Ciberespaço também abriga um oceano de informações em que os seres humanos navegam, no qual atuam e se alimentam e, esse universo se faz cada vez mais presente na vida das pessoas na contemporaneidade. O que também vem ocorrendo no campo educacional de maneira significativa.

Complementa essa posição, a antropóloga Cesarino (2021, p. 312), ao expor que a antropologia não pode demarcar fronteiras intelectuais, mas deve vislumbrar um futuro criativo, ressaltando o que Ingold (2017, p. 222) expressa sobre a antropologia como processo educacional ser uma prática de conhecimento, e que a etnografia pode abri-la para um diálogo significativo com outras disciplinas. Com esta perspectiva, o desenvolvimento desta pesquisa visa proporcionar uma análise sobre as implicações do uso das mídias digitais ou tecnologias digitais por docentes no ambiente escolar antes, durante e depois da pandemia de infecção respiratória causada pelo vírus da síndrome respiratória aguda grave, denominada de Covid-19.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde<sup>3</sup> (2023), a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo Corona vírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global, que afetou a população Mundial e no Brasil se registra o total de 707.286 óbitos confirmados, com mortalidade percentual a cada cem mil habitantes de 6,39. A pandemia de Covid-19 influenciou profundamente, em todo o Mundo, as formas de interação social e, como não poderia

---

<sup>3</sup> Dados retirados do site <https://covid.saude.gov.br/> em 17 de novembro de 2023.

deixar de ser, também os processos de ensino e de aprendizagem, pois com os decretos de isolamento social pelos governos nacionais e internacionais, as pessoas foram proibidas de saírem de suas casas. Dessa forma, foram utilizados os meios digitais para comunicação e interação social, bem como para a mediação do processo de ensino e de aprendizagem nas escolas e universidades por meio do ensino remoto, mediado por tecnologias, utilizando celulares e computadores, assim como plataformas digitais, aplicativos e sistemas digitais voltados à educação.

Nesse sentido esta pesquisa busca conhecer as formas de uso, os impactos e quais mídias ou tecnologias digitais são utilizadas pelos professores, sobretudo como ferramentas de ensino e de aprendizagem na prática cotidiana desses/as educadores/as, tendo o olhar dirigido para pensar o contexto educacional e os usos dessas tecnologias. Sabendo que a escola é um dos espaços da construção do conhecimento, na qual crianças, jovens e adultos estão inseridas em um contexto de ensino e de aprendizagem, se investiga como os professores utilizam as mídias para a mediação do conhecimento, a partir de instrumentos teórico-metodológicos próprios da Antropologia Social, Antropologia Digital e/ou do Ciberespaço e da Antropologia da Educação. Através do desenvolvimento de uma etnografia mais “de perto e de dentro”, como o antropólogo Magnani (2002, p. 13) expressa, se deve desenvolver uma revisão bibliográfica, seguida de observação-participante, descrição de entrevistas semiestruturadas, escrita de diários de campo, assim como outras formas de registro, como gravações de áudio e, talvez, fotografias e gravação de vídeos com autorização de participantes.

Ao lado desse enfoque se verifica nos estudos de Velho (1988, 1999) que ao investigar os fatores sociais, culturais também se verificam os psicológicos, em expressão de sentimentos e emoções, compreendendo como esses se apresentam relacionados com os repertórios culturais na sociedade. Essa concepção visa analisar a singularidade dos sujeitos, dentro de uma perspectiva social e histórica que observa as peculiaridades da cultura em que estão inseridos. Dessa forma, esta pesquisa também está atenta aos debates relativos aos marcadores sociais da diferença na antropologia, em uma perspectiva escolar, pois a Educação também precisa discutir como gênero, sexualidade, raça, classe, idade/geração, entre outros, estão presentes na estrutura da escola da atualidade. Pretende-se, assim, refletir também sobre questões relacionadas ao mundo globalizado, envolvendo a sociedade do consumo, as tecnologias da informação e a comunicação, as mídias digitais

e, conseqüentemente, abordar as metodologias adotadas pelos docentes, uma vez que essas também sofrem tais influências.

O uso de mídias digitais acontece desde muito antes da pandemia de Covid-19, porém durante a pandemia, com o isolamento social, a utilização desses recursos foi abruptamente acentuada. As aulas remotas exigiram dos professores uma adaptação rápida, muitas vezes, sem uma preparação prévia, em suas metodologias de ensino. O quadro foi substituído pelas telas de celulares e computadores, o contato pessoal passou a ser digital, mesmo tendo em mente que muitos/as estudantes, por exemplo, possuíam dificuldades de se manterem estudando, em função dos déficits tecnológicos e financeiros. Mesmo os professores, que não tinham o costume de utilizar as mídias, em seu cotidiano escolar, da noite para o dia se viram obrigados a terem que incorporar esses recursos em seus métodos de ensino.

Esse estudo, portanto, também expressa análise sobre os modos locais como momentos do curso da vida como infância, adolescência, vida adulta, meia idade e velhice, assim como as relações intergeracionais se desenvolvem considerando as relações entre estudantes e profissionais da educação da escola que se tem como foco da pesquisa. A Antropologia do Curso da Vida, outro campo importante da antropologia com o qual se estabelece diálogo nesta pesquisa, aponta que as etapas do curso da vida não são vividas de forma igual por todos, não sendo consideradas noções universais ou biologicamente determinadas. Nessa direção, tal campo parte da noção de que: “as formas como a vida é periodizada e a definição das práticas relacionadas a cada período apresentam também variações, de acordo com os grupos sociais no interior de uma mesma sociedade” segundo Debert (1998, p. 10).

De acordo com a cientista social e a antropóloga Calzado e Leisarrri (2022, p. 6), a partir da intersecção entre antropologia e comunicação houve consciência da dimensão do poder da mídia como veículo de cultura e como modos de compreender as comunidades. De acordo com as autoras, essas ideias não foram inicialmente exploradas, mas com o passar dos anos do século XXI, os estudos de globalização e migração passaram a ser reforçados com as desafiadoras mudanças tecnológicas e seus diversos usos e apropriações, de forma que as mídias e as formas de abordagem dessa foram ampliadas para novos cruzamentos conceituais. A escola, como reflexo da sociedade, não fica fora dessa contextualização, exigindo cada vez mais dos professores maiores conhecimentos e uso de ferra-

mentas e tecnologias digitais. Essa nova forma de ensinar tem inquietado vários profissionais que lidam com as mídias, não somente pais e educadores, mas também antropólogos e psicólogos.

Os efeitos dessa exposição digital a curto, médio e longo prazo, é objeto de questionamentos desses profissionais, seguindo o que a educadora e antropóloga Adriana Friedman (2011, p.10) expõe ao registrar que: “Os indivíduos da sociedade passam a ser vistos como atores sociais, recriando a sociedade a todo momento”. Percebe-se que com a pandemia global da Covid-19, o uso de aparelhos tecnológicos se intensificou, não apenas como fonte de informação, entretenimento e socialização, mas também como ferramenta de aprendizagem. E isso se reflete nas escolas que tiveram que se adaptar a um novo modelo educativo utilizando as mídias e as tecnologias como mediadoras do conhecimento.

Assim, essa nova concepção de ensino e aprendizagem tem sido objeto de pesquisas antropológicas, as etnografias da educação são um caminho para se conhecer as formas de ensinar e aprender na atualidade. Compreender se ante tamanha demanda de tempo envolvente com as mídias e tecnologias, os docentes estão concebendo uma nova maneira de ser educador/a, ou ainda, se essa constante interação tem contribuído para uma mudança mais rápida nos métodos de ensino. Vale observar que as sociedades Ocidentais têm passado por diversas transformações sociais, uma dessas é o constante desenvolvimento de tecnologias. Pensando na sociedade do consumo, sendo essa caracterizada, conforme expõe professor da área de sociologia Retondar (2018, p. 138): “antes de tudo, pelo desejo socialmente expandido da aquisição “do supérfluo”, do excedente, do luxo”. Nesse sentido, pela constante globalização e desenvolvimento tecnológico, é perceptível, no cotidiano educacional, que tais sujeitos vivem cercados por tecnologias da informação e da comunicação, que abrem portas para o digital cada vez mais presente em sua vida direcionando tais docentes para uma cibercultura, temática que ganhou notoriedade nos últimos anos. Atualmente, as mudanças no contexto escolar são visíveis, tendo em vista a presença cada vez mais frequente do quadro branco e pincéis, livros e textos em formato PDF, diários e chamada on-line, plataformas digitais utilizadas em sala de aula, como o Google Sala de Aula e aulas virtuais via *Google Meet*, além de redes sociais e jogos on-line, aplicativos como métodos de ensino e de aprendizagem.

Dessa forma, se constitui uma nova cultura e uma nova educação, de docentes on-

line. De acordo com Geertz (1973), a cultura não seria algo preso dentro das cabeças das pessoas, mas é incorporada em símbolos públicos, através dos quais os membros de uma sociedade comunicam sua visão de Mundo, orientações de valor e tudo mais uns aos outros, às gerações futuras – e aos antropólogos. Assim, seria possível dizer que os/as docentes, na atualidade, representam em suas práticas cotidianas um reflexo da sociedade, fazendo uso das mídias digitais constantemente, e também sofrendo influências do ambiente virtual. Dessa forma, é possível fazer reflexões no campo da antropologia, ao perceber essa influência do meio digital na docência, o antropólogo pode fazer uma etnografia voltada para esse campo de pesquisa, a respeito de como as crianças se relacionam com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. A educação da atualidade proporciona observar que os/as professores utilizam os celulares e computadores, como sendo objetos praticamente indispensáveis em seu dia a dia, algo diferente de algumas décadas atrás.

A Antropologia, como Ciência Social, permite a realização de uma análise, um olhar e uma reflexão que pode partir das narrativas sobre as experiências dos professores e o uso da internet, em suas práticas docentes, sem necessariamente fazer juízo de valor sobre o que é certo ou não em suas atitudes. Assim, a Antropologia é capaz de compreender as realidades que integram essa nova forma de uso da denominada era digital, das redes sociais, de estar conectado e on-line, praticamente o dia todo, da informação e da comunicação na palma da mão. Nesse sentido, as antropólogas Freitas, Lins e Parreiras (2020, p. 2) afirmam que o “digital”, como categoria de análise se refere a um conjunto amplo de objetos, de ações e de relações que são moduladas por marcadores de classe, de gênero, idade, raça, sexualidade e outros. As autoras complementam, ainda, que é relevante compreender como os diferentes sujeitos, e grupos se apropriam desses dispositivos tecnológicos, uma vez que esses são intrinsecamente sociais (Freitas, Lins e Parreiras, 2020, p. 2). De acordo com as autoras - e diferentemente da abordagem apresentada por Segata e Rifiotis (2016) sobre a “Antropologia do Ciberespaço” - a ampliação e disseminação das tecnologias digitais relacionadas à internet, os termos “cibercultura” e “ciberespaço”, foram gradualmente abandonados e dando lugar ao digital.

Segundo explicação de Freitas, Lins e Parreiras (2020, p. 4), a Antropologia Digital é mais abrangente do que a “Antropologia do Ciberespaço”, uma vez que incluiria “pesquisas que fazem uso de ferramentas digitais ou estudam tecnologias digitais, não apenas a internet, mas também o vídeo, a fotografia, os celulares, os games, a ciência de

dados, entre outras possibilidades”. Com este enfoque, expõe-se que esta pesquisa pode ser considerada significativa para a Antropologia, pois os sujeitos e o campo deste estudo são ainda as chamadas minorias representadas por negros, segmentos pobres e periféricos, como as mulheres e portadores de necessidades especiais. Analisando questões de cor, raça e etnia e conceitos de identidade, identidade étnica, cultura, sociabilidade e cidadania são recorrentes. Aparecem, ainda, noções relativas à multiculturalidade, interculturalidade, educação interdisciplinaridade (Gusmão, 2009, p. 40).

Com esta perspectiva, o estudo se organiza em partes, iniciando com diálogo entre Antropologia, Educação e Cultura, visto que a Antropologia em sua perspectiva transcultural permite analisar de diferentes formas e distintos pontos de vista os atores e fenômenos sociais, sem impor limites em seus encontros e desencontros. A Antropologia e a Educação encontram campos de convergência, ambas têm o homem como base de suas reflexões.

### **Pandemia, Educação e Desigualdades Digitais**

A escola sendo uma instituição formal, local onde ocorrem os processos de ensino e aprendizagem. Um ambiente que repercute os diversos contextos sociais, sendo o reflexo de uma comunidade e seus membros e indivíduos que a formam. De acordo com o antropólogo Clifford Geertz (1978), o que permite o entendimento das estruturas significantes da ação social observada se faz necessário primeiramente ser apreendida para depois ser apresentada. Assim, a escola é um reflexo da sociedade e, conseqüentemente suas desigualdades. A Educação, mesmo se configurando com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que asseguram “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família”. Ainda assim, a educação brasileira é marcada por fatores de exclusão como classe, gênero e raça. Esse trabalho, parte de reflexões de minha pesquisa de mestrado em Antropologia Social “Uma Etnografia Sobre os Usos das Tecnologias Digitais por Docentes de Uma Instituição Pública de Ensino em Porangatu-GO”.

A instituição onde ocorre a pesquisa é em uma escola da rede municipal de ensino, a qual, oferece os níveis de Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Se localiza na divisa entre as zonas rural e urbana do município, em um bairro considerado um dos mais carentes, na região periférica. Esse local revela situações de exclusão social e digital, pois,

os/as estudantes, advindos de comunidades carentes, sendo a grande maioria pertencentes de famílias de baixa renda e beneficiários de programas sociais do governo federal. Com a pandemia do COVID19 em que as escolas foram obrigadas a implementarem o ensino remoto da noite para o dia, fato que acentuou a exclusão digital para essa comunidade.

De acordo com Carolina Parreiras e Renata Mourão Macedo (2021) “as desigualdades digitais, no geral, refletem, reproduzem ou espelham desigualdades sociais mais amplas, já se constituindo desde o final do século 20 como mais um locus de estratificação social no Brasil”. Segundo relatos de professores/as entrevistados/as, a maioria dos/as alunos/as não tinha acesso à internet, durante o período em que as aulas presenciais foram suspensas, essa situação conseqüentemente provocou atrasos na aprendizagem dos/as discentes. A realidade social dos/as estudantes dessa instituição revela casos de vulnerabilidade social. É comum o pedido de cestas básicas por parte de famílias desses/as discentes aos funcionários/as da escola. A direção da escola constantemente pede doações e faz sorteios de cestas básicas com o intuito de ajudar socialmente as famílias.

A realidade da escola também reflete a falta de conectividade e do uso de tecnologias digitais no processo educacional. No início da pandemia, os/as professores/as dessa instituição tiveram que contratar por conta própria, os serviços de internet para poderem ministrar suas aulas. Segundo os/as entrevistados/as, a exigência da secretaria municipal de educação era que os professores continuassem trabalhando na escola. Mas, a internet da instituição não atendia às necessidades dos/as docentes. Os/as professores/as também relatam a inadequação de seus aparelhos celulares e computadores para a demanda das aulas remotas. A maioria precisou comprar novos aparelhos celulares e notebooks para se adequarem às aulas online. “Outro dado relevante destacado em 2019 era a baixa formação de professores para tecnologias digitais, revelando que apenas 33% tiveram algum tipo de formação para uso do computador e da internet para atividades escolares”. (MACEDO e PARREIRAS, 2021). Durante as entrevistas, os/as professores/as relataram que não estavam preparados para as aulas online, pois, não tinham capacitação para lidarem com gravação e edição de vídeos, envio de documentos em formato digital, a comunicação com os alunos e seus familiares por meio dos ambientes digitais. Os professores destacaram que tiveram muitas dificuldades com o ensino remoto, pois, não dominavam o uso das tecnologias digitais.

Além de não terem conhecimentos para ministrarem as aulas online, não foi oferecido cursos de capacitação para os professores. Os sistemas de ensino exigiram as adaptações e adequações ao ensino remoto, mas não forneceram condições para que os/as educadores/as atendessem às exigências. “Cada um se virou como pode”, disse uma professora entrevistada. Outra professora relatou que teve que colocar internet em casa, pois, utilizava apenas os dados móveis do celular. Segundo a educadora, “utilizava muito pouco a internet e não compensava pagar a mensalidade”.

Segundo as pesquisadoras Carolina Parreiras e Renata Mourão Macedo (2021), “a pandemia e o conseqüente fechamento do espaço físico das escolas representaram mais uma crise educacional no Brasil, intensificando desigualdades”. O reflexo disso, foi no retorno das aulas presenciais em que alunos de 4º e 5º ano que chegaram à escola sem saber ler, outros que não conseguiam nem escrever o próprio nome completo, casos recorrentes, mesmo em 2023. Pois, mesmo após a pandemia, vários alunos/as e seus/as responsáveis ainda não possuem acesso à internet e não participam dos grupos de WhatsApp da escola, muitas vezes, deixando de participar de atividades educacionais importantes por não terem acesso às informações por meio das mídias digitais.

Para a antropóloga Neuza Maria de Gusmão (2008), defende de que desde sempre a questão da diversidade e do contato cultural esteve presente na humanidade e, agora, coloca-se de modo intenso nas sociedades modernas. Esse também é um desafio para os/as educadores/as, pois, a exclusão digital é uma dificuldade a mais, para docentes da sociedade contemporânea. Para autora, “a Antropologia da Educação e o desafio da formação de professores atuantes em diferentes campos do saber coloca em tela as exigências atuais com relação à prática educativa do professor”. Isso demonstra a necessidade de constante formação e aperfeiçoamento por parte dos/as educadores/as. Atualmente, fala-se muito em letramento digital, mas, a acessibilidade digital ainda não ocorre de forma prática e efetiva, de maneira acessível para todos, reforçando situações excludentes, acentuando os fatores de desigualdades sociais.

De acordo com (GUSMÃO, 2016), “a educação é partilha e o partilhar consiste no enfrentar a vida cotidiana com todos os seus desafios e contradições, os quais também estão presentes no âmbito da escola e mesmo fora dela”. Assim, educadores no Brasil que lidam diariamente com as questões excludentes são desafiados em suas práticas educacionais, transformar o ambiente educacional em um espaço de luta política. Para

(GUSMÃO, 2016), “os conhecimentos, as competências, as habilidades, as atitudes do profissional, fatos estes que dependem de como se conectam prática e saber, tanto no universo de atuação daquilo que é e representa ser professor-educador, como no que é e representa ser um guerrilheiro”. Que depende da forma de como educadores associam teoria e prática no campo do conhecimento, dentro e fora da escola, diante dos desafios cotidianos. Para a pesquisadora, professores e alunos “não são nunca sujeitos acabados e distantes um do outro, já que estão permanentemente em formação. Ambos se constituem em processo, ambos são sujeitos de transformação. A transformação de si e do outro com quem partilham não apenas a vida, mas também projetos, os mais diversos, aponta para um aspecto central na Antropologia: a capacidade de reflexividade e de comparação” (GUSMÃO, 2016). Dessa forma, é preciso (re)pensar as diferenças em diferentes contextos existentes, para compreender e aprender com a diversidade sejam elas quais forem permitindo ao antropólogo o esforço analítico e explicativo dos fenômenos que estuda (FONSCECA, 1999:66). Aos educadores, fica mais um desafio de andar na corda bamba, fazerem malabarismos e contorcionismos para lidarem com os desafios trazidos pelas gigantescas desigualdades sociais, da falta de recursos, das lutas de classe, gênero e raça.

### **Considerações**

Diante do exposto, percebe-se que as desigualdades digitais são um reflexo das desigualdades sociais, problemática muito percebida no ambiente educacional. A pandemia de covid19 agravou as dificuldades de aprendizagens existentes, pois, muitos alunos ficaram sem excluídos do processo de ensino devido ao fato de não possuírem acesso à internet. A realidade social dos/as estudantes dessa instituição revela situações de exclusão social e digital. É comum o pedido de cestas básicas por parte de famílias desses/as discentes. A direção da escola constantemente pede doações e faz sorteios de cestas básicas com o intuito de ajudar socialmente as famílias carentes, pois, a grande maioria são de baixa renda. A exclusão digital é muito comum, pois, mesmo após a pandemia, vários alunos/as e seus/as responsáveis não tem acesso à internet e não participam dos grupos de WhatsApp da escola, muitas vezes, deixando de participar de atividades educacionais importantes por não terem acesso às informações por meio das mídias digitais.

Para a pesquisadora Gusmão (2008), desde sempre a questão da diversidade e do contato cultural esteve presente na humanidade e, agora, coloca-se de modo intenso nas sociedades modernas. Esse também é um desafio para os/as educadores/as, pois, a exclusão digital é uma dificuldade a mais, pois, também é um reflexo da sociedade contemporânea. Assim, a educação e os sistemas de ensino precisam procurar alternativas para se adequarem a essa realidade, buscando formas de inserir no processo de ensino-aprendizagem metodologias e ferramentas que combatam à exclusão social e digital de forma eficiente para que se tenha uma educação inclusiva e de qualidade.

## Referências

- AKOTIRENO, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólem, 2019.
- ALMEIDA, H. B. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2012.
- BARTLETT, Lesley; TRIANA, Claudia. Antropologia da Educação: introdução. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, e99887, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623699887>. Acesso em: 28 maio, 2023.
- BAZZO, Juliane; SCHELIGA, Eva. Etnografias em contextos pedagógicos: alteridades, agências e insurgências. **Campos**, v. 21, n. 2, p. 11-27, 2020.
- BISPO, Raphael; HENNING, Carlos Eduardo; SAGGESE, Gustavo Santa Roza. Interseções entre gênero, sexualidade e curso da vida. **Teoria e Cultura**, 2018, p. 2.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Gabinete do Ministro. Informações sobre o que é COVID-19 em 2021**. Brasília, 2021.
- CALZADO, M., & IRISARRI, V. Antropologia da mídia: entre a comunicação e os estudos culturais. Dobras, tensões e desafios. **Revista De Medicina**, 65(3), 2022. e197981. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.197981>
- GUEDES, Simoni Lahud; CIPINIUK, Tatiana Arnaud. (Org.). **Abordagens etnográficas sobre educação: adentrando os muros da escola**. Rio de Janeiro: Alternativa, 2014.
- GUSMÃO, N. M. M. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 19, n. 3, p. 47–82, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643455> Acesso em: 31 out. 2023.
- GUSMÃO, Neusa Maria M. Apresentação do dossiê formação docente para a diversidade: dilemas, desafios e perspectivas no diálogo entre Antropologia e Educação. **Pro-Posições**, v. 24, n. 2, p. 17-25, 2013.
- LEVY, Pierre. **A Inteligência Colectiva - Por uma Antropologia do Ciberespaço**. São

Paulo: Loyola, 1998.

PARREIRAS, Carolina. “Não leve o virtual tão a sério”? - uma breve reflexão sobre métodos e convenções na realização de uma etnografia do e no online. In: FERIANI, Daniela Moreno; CUNHA, Flávia Melo da; DULLEY, Iracema. (Orgs). **Etnografia, Etnografias**. Ensaio sobre a diversidade do fazer antropológico. São Paulo: Annablume, 2011.

PARREIRAS, Carolina; MACEDO, Renata M. (2020). Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo. (Orgs). **Cientistas Sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS, 2020.

RETONDAR, Anderson Moebus. A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. **Soc. estado**. [online]. 2008, vol. 23, n. 1, pp. 137-160. ISSN 1980-5462. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922008000100006>. Acesso em: 03/01/2023.

ROSISTOLATO, Rodrigo. A liberdade dos etnógrafos em educação e seu mosaico interpretativo. **Revista Contemporânea de Educação**, 13(26):1-9, 2018a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v13i26.17153>

SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. **Antropologia e cibercultura**. Políticas etnográficas no campo da cibercultura. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GOMES, Ana Maria R. Apresentação. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 44, p. 9-17, 2015.

VELHO, Gilberto. “A busca da coerência. Coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas”. In, Figueira, Sérvulo A. org., **Cultura da Psicanálise**. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 169 a 177.

VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto”. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 95, 1988, pp. 35 a 43.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade complexa. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**. Uma experiência de geração. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.